

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.455 - MG (2019/0291795-8)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : MAYCON AUGUSTO SOARES RIBEIRO DA SILVA
(PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por MAYCON AUGUSTO SOARES RIBEIRO DA SILVA em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

HABEAS CORPUS – ROUBO MAJORADO – LIBERDADE PROVISÓRIA – INVIABILIDADE – ART. 312 DO CPP – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL – NÃO CONFIGURAÇÃO – ORDEM DENEGADA. Estando devidamente fundamentada a decisão que determinou a prisão preventiva e demonstrada a necessidade de garantia da ordem pública, não há que se falar em constrangimento ilegal. Ordem denegada.

O recorrente foi preso em flagrante, custódia convertida em preventiva, pela prática do crime de roubo majorado.

Neste recurso, a defesa sustenta a inidoneidade do decreto prisional, ante a ausência dos requisitos do art. 312 do CPP, razão pela qual pugna pela revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, pela aplicação das medidas cautelares do art. 319 do CPP.

Na origem, nos autos do processo n. 0546879-35.2019.8.13.0024, denota-se a expedição de alvará de soltura em favor do recorrente em 16/9/2019 (fls. 137/138), consoante informações disponíveis no *site* do Tribunal *a quo*, em pesquisa realizada em 30/9/2019.

É evidente a superveniente perda de objeto do presente recurso, ante a concessão da pretendida liberdade provisória.

Ante o exposto, julgo prejudicado o recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO
Relator